

## Introdução

O Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa foi criado por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), que financiou o seu lançamento como unidade de investigação e promoção pública da problemática do envelhecimento sócio-demográfico em Portugal, unidade essa que ficou sediada no Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa) a partir do início de 2010, tendo posteriormente obtido igualmente o apoio financeiro de outras entidades, nomeadamente a Fundação Francisco Manuel dos Santos, para os projectos de pesquisa entretanto lançados e publicados (<http://www.i envelhecimento.ul.pt/>).

Desde o início que se tornou evidente para o IE-ULisboa a necessidade de Portugal se integrar, para o efeito de investigar o crescente envelhecimento da população portuguesa numa perspectiva comparativa, na rede europeia do Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe – SHARE (<http://www.share-project.org/>). Esse objectivo foi alcançado pouco tempo depois, segundo relatado pelos responsáveis nacionais pela participação do nosso país nessa rede fundamental de investigação nesta área (<http://www.share-project.org.pt/>), tendo Portugal participado pela primeira vez no referido inquérito, que partilha uma parte importante do questionário com a Inglaterra (English Longitudinal Survey of Ageing – ELSA) e com os Estados Unidos (Health and Retirement Survey – HRS), na 4.ª vaga do SHARE de 2010-2011, disponível em finais de 2013.

Entretanto, graças a um protocolo assinado em 2009 entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Superior de Economia e Gestão da então Universidade Técnica de Lisboa e o ICS-ULisboa, foi realizado um inquérito sobre «Qualidade de vida e governança na cidade de Lisboa – estudo sobre as bases para um novo modelo de governação da cidade de Lisboa», a partir do qual o IE-ULisboa elaborou o estudo «Seniores de Lisboa – capital social e qualidade de vida», disponível *online* desde final de 2011 (<http://www.i envelhecimento.ul.pt/actividades-do-ie/publicacoesdocumentos/relatorios/123-seniores-de-lisboa>). Na sequência deste

estudo foi, por sua vez, estabelecido em 2011 novo protocolo entre a CML, o IE-ULisboa e a Faculdade de Economia da UNL, a fim de assegurar uma sobrerrepresentação da população com 50 anos ou mais (50+ anos) residente na cidade de Lisboa, juntamente com a amostra representativa da população portuguesa continental desse mesmo escalão etário, para a aplicação do questionário internacional do SHARE pela última entidade referida e para posterior análise comparativa a elaborar pelo IE-ULisboa.

É esse estudo comparativo entre a população portuguesa com 50 ou mais anos residente em Lisboa, a população da mesma faixa etária residente no conjunto de Portugal, assim como em três países europeus escolhidos para o efeito pela proximidade sócio-cultural (Espanha) e, por oposição, pela distância geográfica e sócio-cultural, um do Norte da Europa (Suécia) e outro do bloco de Leste (República Checa), e, finalmente, a média da população com 50+ anos no conjunto dos 16 países europeus onde foi aplicada a 4.<sup>a</sup> vaga do SHARE entre 2010 e 2011 que aqui apresentamos hoje com base nos resultados do questionário comum. Atinge-se assim, graças à participação das três entidades, bem como do então Alto Comissariado para a Saúde, que financiou a primeira aplicação nacional do questionário, esse objectivo fundamental de situar o perfil sócio-demográfico, comportamental e atitudinal da população portuguesa com 50+ anos numa perspectiva comparativa europeia. A obtenção de idêntico perfil para a cidade de Lisboa constitui uma mais-valia com vista não só aos fins da investigação, mas igualmente da informação necessária para o desenvolvimento fundamentado das políticas públicas nacionais e urbanas (Lisboa) destinadas às populações portuguesas com 50 ou mais anos.

Com efeito, o índice de envelhecimento da população portuguesa, medido convencionalmente pelo rácio entre as pessoas mais velhas com 65 anos ou mais e as crianças e adolescentes até aos 15 anos, aumentou, desde que o IE-ULisboa iniciou as suas actividades, de cerca de 125,8 em 2011 para 138,6 no final de 2014: em números absolutos, os «idosos», como são por vezes designados, com 65+ anos já ultrapassam os 2 milhões de habitantes. Estes valores, combinados com a queda do índice de fecundidade (número de filhos por mulher fértil: neste momento situa-se em 1,5, valor inferior aos 2,1 exigidos para a substituição de gerações, que deixaram de ser atingidos em Portugal em 1981), presumivelmente agravada pela emigração dos últimos anos, como já sucedera, de resto, nas décadas de 60 e 70 do século passado, fazem com que o envelhecimento da população portuguesa seja hoje um dos mais elevados do mundo (é o 5.º na Europa e o 7.º no mundo).

Todavia, se é certo que a longevidade individual crescente representa um bem civilizacional indiscutível, também é exacto que o envelhecimento da população representa um conjunto de riscos associados entre eles a vários níveis sociais e económicos que já tivemos oportunidade de identificar em ocasiões anteriores. É aquilo a que se pode chamar o paradoxo do envelhecimento. Reside este no facto de algo que a sociedade assume universalmente como uma «bênção», a saber, o aumento generalizado da esperança de vida pode gerar, em contrapartida, sobretudo quando se combina com a diminuição da fecundidade, como sucede em Portugal, uma série de consequências complexas e gravosas para o nosso tipo de sociedade, em particular a nossa, devido ao baixo nível de instrução que surgirá no presente estudo como um dos traços distintivos – e negativos – no contexto europeu.

São cinco, pelo menos, os níveis a que esses riscos podem operar, afetando todos eles as relações intergeracionais no curto e longo prazo:

- i) Os riscos correlativos da idade, desde a vulnerabilidade do estado de saúde, do isolamento social e da solidão propriamente dita até à eventual dependência física, mental e económica;
- ii) Os riscos de estigmatização mútua, ou seja, da discriminação dos mais velhos pelos mais jovens, e inversamente, trate-se de preconceitos excludentes ou paternalistas, conforme foi estudado pelo IE-ULisboa também em perspectiva europeia (<http://www.ienvelhimento.ul.pt/investigacao/projectos/ageism-in-europe-a-social-psychological-approach-with-a-focus-on-the-portuguese-case>);
- iii) Os riscos para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde, desde as pensões e reformas até aos cuidados pessoais à velhice dependente, riscos esses que estão directamente associados às relações intergeracionais, tanto ao nível da equidade financeira entre gerações como do apoio mútuo que elas se devem mutuamente;
- iv) Os riscos da competição real ou imaginária entre gerações ao nível dos mercados de trabalho, hoje agudizada pela tesoura entre um crescente desemprego jovem e uma idade da reforma decididamente precoce, se atendermos à longevidade crescente e ao prolongamento das etapas de escolarização;
- v) Finalmente, os riscos de impactos negativos do envelhecimento societal sobre o próprio crescimento económico, os quais têm vindo a ser cada vez mais estudados (A. A. C. Teixeira, N. R. Nagarajan e S. T. Silva 2016; A. Börsch-Suppan 2013).

Todos esses factores se conjugam e correm o risco de se articularem negativamente numa cidade como Lisboa, com pouco mais de 500 000 habitantes, onde a população com 50+ anos representava praticamente 50% dos residentes no final de 2014 (perto de 240 000 pessoas) e o segmento «idoso» (65+) era ele próprio superior a 140 000 pessoas (PORDATA). Por escalões etários dos seniores (50+ anos), os grupos habitualmente seleccionados correspondem, em Lisboa, a perto de 100 000 pessoas dos 50 aos 64 (42%), 65 000 dos 65 aos 74 (27%) e 76 000 com 75 ou mais anos (31%). É este universo que está representado na amostra relativa à cidade de Lisboa, a qual se revelou contudo por vezes demasiado pequena para permitir a total identificação de determinados grupos em termos comparativos com o conjunto de Portugal e com os demais países, assim com o conjunto do SHARE, conforme teremos oportunidade de chamar a atenção quando isso ocorrer. Ora, como haverá numerosas oportunidades de confirmar, o factor idade, compensado todavia por níveis de escolaridade claramente superiores em Lisboa aos do resto do país, exercerá o seu peso sobre um ou mais dos campos de risco sócio-económico que acabámos de identificar.

\*

O estudo está dividido, de acordo com a própria organização dos responsáveis centrais pelo questionário SHARE e pela disponibilidade da respectiva base de dados pública, segundo três partes, às quais acrescentaremos uma conclusão, onde salientaremos os principais resultados assinalados nas «sínteses conclusivas» que se seguem a cada um dos módulos que compõem as grandes três partes do estudo.

A primeira parte diz respeito àquilo que é designado nas teorias sociológicas e psico-sociológicas do envelhecimento por «curso de vida», o qual cobre o percurso dos inquiridos desde a educação à família, segue para o trabalho e a reforma, concluindo com os elementos materiais da qualidade de vida actual, desde o rendimento do agregado familiar à habitação, aos bens, às poupanças e aos consumos. O conjunto destes módulos descreve, pois, os elementos materiais do percurso percorrido pelos seniores (50-64 anos) e pelos idosos (65+). Tais elementos constituem, por assim dizer, a base que sustenta as duas partes seguintes do estudo.

A segunda parte é dedicada às redes interpessoais e às actividades sociais que já foram estudadas em Portugal segundo metodologias que, não sendo directamente comparáveis, permitem identificar factores pessoais e grupais favoráveis à promoção do chamado «envelhecimento activo» (Cabral e Ferreira 2014), através, nomeadamente, do apoio social e das

transferências financeiras, concluindo com um módulo sobre as expectativas quanto ao futuro formadas pelos seniores e idosos.

Finalmente, a terceira e última parte do presente estudo é consagrada ao estado de saúde dos inquiridos, de um ponto de vista descritivo muito pormenorizado, incluindo o estado de saúde subjectivo assumido pelos próprios. Este indicador constituirá como que a «variável dependente» do percurso de vida e das redes, da participação social e das actividades de «envelhecimento activo» reportadas pelos seniores e idosos, tanto em Lisboa e Portugal como no resto da Europa, oferecendo assim uma plataforma informada e reflexiva para a concepção e condução de políticas relativas à condição dos mais velhos na nossa sociedade.